

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

para que horizontes apontam as políticas
governamentais para a educação?

*Gabriel Grabowski**

Resumo: Neste artigo apresentamos uma reflexão sobre a juventude e a educação no Brasil a partir dos horizontes que as políticas educacionais apontam. A grande maioria dos 50 milhões de adolescentes e jovens brasileiros pertence a classe popular trabalhadora, estuda na escola pública e seus projetos de vida estão, de alguma forma, dependentes das políticas sociais e educacionais de inclusão e emancipação. Com base na literatura e estatísticas sociais e educacionais, percebe-se que, após duas décadas de ampliação do acesso aos direitos, o futuro das juventudes está sendo diretamente inviabilizadas pela revogação de políticas públicas, pela suspensão de programas de apoio e de financiamento estudantil, apontando para a desconstrução do futuro de milhões de jovens.

Palavras-chave: Educação. Políticas educacionais e juventudes dispensáveis.

1 Introdução

Juventude e educação são duas categorias ontologicamente indissociáveis. É necessário pensar esta relação enquanto processos interdependentes, pois a educação existe para os jovens e estes, com ou sem acesso a ela, serão impactados em toda sua vida.

Este texto analisa os temas da juventude e da educação, a partir das atuais políticas educacionais em desenvolvimento e implementação no Brasil, suas perspectivas efetivas enquanto direito a educação básica e ensino superior. O referencial

* Formado em Filosofia. Mestrado e Doutorado em Educação pela FAGED/UFRGS. Professor e pesquisador da Universidade Feevale e do Centro Universitário Metodista – IPA. Membro do Conselho Estadual de Educação do RS e membro da Diretoria da AESUFOPE. E-mail: gabriel.grabowski@uol.com.br

teórico e metodológico que orienta a produção do texto está amparado na sociologia crítica e analítica da educação enquanto totalidade objetiva dos jovens e da educação no contexto brasileiro.

As políticas educacionais emanadas do Ministério da Educação (MEC), especialmente a partir de 2016, como a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresentam-se através do discurso oficial que os jovens poderão exercer sua autonomia escolhendo o que querem ser, estudar e cursar a partir de áreas de conhecimento e itinerários formativos. Tal possibilidade e perspectiva, para não se constituir em mais uma falsa promessa, deve considerar a condição social, econômica, cultural e educacional das diversas juventudes brasileiras.

O exercício da autonomia intelectual, política e ética dos estudantes pressupõe condições, informações, conhecimentos, oportunidades e orientações de educadores – sejam pais, adultos ou professores –, para que as escolhas sejam referenciadas em prévias análise e reflexões. Para Kant, quer nossos desejos sejam biológicos ou socialmente determinados, eles não são verdadeiramente livres. Para agir livremente, o estudante deve agir com autonomia. E agir com autonomia é agir de acordo com a lei que imponho a mim mesmo e não de acordo com os ditames da natureza e das políticas sociais.

E, quem são os jovens? É comum considerar que jovem é toda pessoa que está em determinado grupo de idade. Mas nem pertencer a um grupo é suficiente tal delimitação. Vejamos: a Organização Mundial de Saúde considera como jovem pessoas entre 15 a 24 anos; já, no Brasil, desde 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, a população jovem é a de 15 a 29 anos. Porém, não somente a idade define o perfil de adolescente e jovens, pois, dependendo da sociedade há jovens e jovens, visto que, as experiências de vida e as trajetórias na diversidade de

oportunidades, participam da construção destas identidades.

Portanto, o conceito de juventude varia na história e por culturas e países. Considerando que há diferenças entre os jovens, quer seja por classe social, raça, gênero e outros fatores, hoje é comum dar-se ênfase à utilização do termo “juventudes” – no plural. De fato, segundo CASTRO e ABROMOVAY (2015), o reconhecimento de diversidades, diferenças e desigualdades tem enriquecido o debate sobre políticas de juventude. Contudo, há que estar atento para o fato de que os jovens compartilhem muitas coisas em comum, além de pertencer a uma faixa etária. Muitos compartilhem culturas juvenis (danças, músicas, gostos, por exemplo), formas de se expressar, impulso por mudanças, ‘adrenalina ou impulso por correr riscos, e, em são mais inclinados a aspirações formatadas por estímulos que exaltam o “único” de ser jovem. Ganha, portanto, propriedade falar em juventude-juventudes. O que alerta para a importância de considerar ambiências sociais e sistemas de relações pelas quais diferentes jovens circulam, assim como instituições mais significativas para suas vidas, como a família, a escola, o grupo de amigos, entre outros. Insiste-se que é necessário que se esteja atento ao uso do termo “diversidade” e como este pode se confundir com ou camuflar os processos de desigualdades sociais.

Nesta perspectiva, é necessário evitar a homogeneização das instituições educacionais, dos sistemas educacionais e de políticas centralizadas e únicas. Muitas juventudes requerem pluralismo e diversidade de oferta educacional, curricular e pedagógica.

2 Juventudes e Educação

As sérias limitações impostas no mundo atual aos jovens, eliminando-os da agenda política, social, econômica, educacional e cultural, evidenciam que se concebe a juventude

puramente como potencial contribuição à demanda de consumo – “um novo mercado” a ser “comodificado” e explorado –, por meio da força educacional de uma cultura que comercializa todas as dimensões da vida dos jovens, utilizando-se da internet, de várias redes sociais e tecnologias de mídia, para imergir os jovens num mundo de consumo em massa, de maneiras amplas e diretas como nunca constatada no passado¹. Neste contexto, de reprodução da economia capitalista, a função da educação se resume a preparar as crianças, adolescente e jovens para o mercado de trabalho e para o consumo, adestrando-os para a sociedade do consumo.

Para Zygmunt Bauman (2013), “vistos cada vez mais como outro encargo social, os jovens não estão mais incluídos no discurso sobre a promessa de um futuro melhor. Em lugar disso, agora são considerados parte de uma população dispensável, cuja presença ameaça evocar memórias coletivas reprimidas da responsabilidade dos adultos”. Nesta perspectiva, Henry A. Giroux escreve em um ensaio de 2011 com o título “A juventude na era da dispensabilidade”.

Esta dispensabilidade da juventude na sociedade atual – especialmente a brasileira –, apresenta muitas evidências. Para exemplificar, destacaremos três delas: dispensa da vida (violências diversas, homicídios, suicídios); dispensa do mercado de trabalho formal e dispensa dos sistemas e políticas educacionais. Tais evidências agridem a integridade de jovens que são sujeitos de direitos já assegurados, inclusive, no Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013, no capítulo “Dos Direitos dos Jovens” que assegura: Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; **Direito à Educação**; Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda;

1 Um estudo orientado pela Kaiser Family Foundation descobriu que jovens de 8 a 18 anos ficam 7,5 horas por dia com smartphones, computadores, televisores e outros. Se acrescentarmos tempo de postagem, conversas celulares e TV, o número sobe para 11h de conteúdo de mídia por dia.

Direito à Diversidade e à Igualdade; direito à Saúde; Direito à Cultura; Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; Direito ao Desporto e ao Lazer; direito ao Território e à Mobilidade; Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente e direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

2.1 Dispensabilidade da vida

“O sangue jovem que corre pelas ruas é, para muitos, motivo de aplausos em lugar de lágrimas, o que demonstra a barbárie no tempo presente” (Giovane Antonio Scherer e Cíntia Florence Nunes)

A violência contra os jovens é mundial e se apresenta de múltiplas formas. Soldados de guerras são jovens, vítimas de exploração sexual são jovens, oferta abundante de drogas e álcool, violência doméstica e escolar, vítimas de acidentes no trânsito, feminicídio, suicídio e juvenicídio, entre tantas outras práticas de crueldade dos sistemas humanos de exploração.

Juvenicídio (jovemcídio) é uma categoria criada por José Manuel Valenzuela e que representa o assassinato amplo e impune de jovens portadores de identidades desacreditadas. O conceito busca ir além de uma simples comprovação de maior índice de mortes violentas neste segmento da sociedade, explorando a fundo as dinâmicas de estigmatização, criminalização e aniquilação construídas em torno do sujeito jovem.

O Brasil mata seu futuro a bala. Desde 2014 ultrapassamos os 60 mil homicídios por ano, sendo a grande maioria crianças, adolescentes e jovens. Negros são os mais atingidos. A cada 24 horas, 29 crianças e adolescentes entre 1 e 19 anos de idade são assassinadas no Brasil, uma sala de aula inteira morta por dia. A grande maioria das vítimas é negra. E o mais assustador é que no período de 1980 a 2013 este número cresceu 475%, e segue

em tendência de alta. Se analisada a taxa de homicídios por 100.000 habitantes, o aumento foi de 426%, de 3,1 para 16,3. Comparado com outros 85 países, o Brasil fica em 3º lugar no ranking de homicídios de crianças e adolescentes, atrás apenas de México e El Salvador, nações que enfrentam sérios problemas de disputa de gangues e cartéis de drogas (El País, 30/06/2016).

O Atlas da Violência de 2018 do IPEA² evidencia que o direito à vida e a segurança pública no Brasil estão, como a educação, negligenciados e negados, causando um verdadeiro genocídio da juventude brasileira. Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios. Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil.

Segundo o próprio IPEA, quando analisamos a violência letal contra jovens, verificamos, sem surpresa, uma situação ainda mais grave e que se acentuou no último ano: os homicídios respondem por 56,5% da causa de óbito de homens entre 15 a 19 anos. Quando considerados os jovens entre 15 e 29 anos, observamos em 2016 uma taxa de homicídio por 100 mil habitantes de 142,7, ou uma taxa de 280,6, se considerarmos apenas a subpopulação de homens jovens.

Entre os jovens, há uma desigualdade das mortes violentas por raça/cor, que veio se acentuando nos últimos dez anos, quando a taxa de homicídios de indivíduos não negros

2 Segundo o Atlas de Violência 2019, pública em 05/07/2019 pelo IPEA, esta evidencia se agrava ainda mais. O Brasil atingiu, pela primeira vez em sua história, o patamar de 31,6 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa, registrada em 2017, corresponde a 65.602 homicídios. **Perfil das vítimas:** “homem jovem, solteiro, negro, com até sete anos de estudo e que esteja na rua nos meses mais quentes do ano entre 18h e 22h. Este é o perfil dos indivíduos com mais probabilidade de morte violenta intencional no Brasil. Os homicídios respondem por 59,1% dos óbitos de homens entre 15 a 19 anos no país”.

diminuiu 6,8%, ao passo que a taxa de vitimização da população negra aumentou 23,1%. Assim, em 2016, enquanto se observou uma taxa de homicídio para a população negra de 40,2, o mesmo indicador para o resto da população foi de 16, o que implica dizer que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas.

O Brasil mata. Mata muitos jovens. Entre 2001 e 2015 houve 786.870 homicídios, a enorme maioria (70%) causados por arma de fogo e contra jovens negros. Os números da violência no maior país da América Latina atingem dimensões ainda mais preocupantes ao se compararem com as guerras internacionais deste século XXI. Desde que começou o conflito sírio, em março de 2011, morreram 330.000 pessoas. A guerra do Iraque soma 268.000 mortes desde 2003. Brasil, com 210 milhões de habitantes, é o país que mais mata neste começo de século.

O suicídio é a quarta causa de mortes de jovens no Brasil e aumentou gradativamente no país entre 2000 e 2016: foi de 6.780 para 11.736, uma alta de 73% nesse período, segundo o Ministério da Saúde. A faixa etária de 15 a 24 anos e acima de 60 são consideradas as que mais crescem e os três estados em alta são Roraima, Piauí e Rio Grande do Sul.

Estudos da ONU mostram que os **acidentes de trânsito** representam a principal causa de morte entre jovens de 15 e 29 anos no mundo. Segundo os dados oficiais, mais de 1,2 milhão de pessoas perdem a vida em acidentes de trânsito todo o ano no mundo. O Brasil está no 4º lugar do ranking de países com maior quantidade de mortes ocasionadas por acidentes de trânsito, sendo a maioria jovens do sexo masculino e de idade entre 18 e 25 anos.

Para Valenzuela (2015), estudioso mexicano do tema, o juvenicídio se constitui de diversos fatores que incluem a precarização, pobreza, desigualdade, estigmatização, tendo

como eixo central a estratificação social baseada em relações de subalternização. Nesse sentido, o juvenicídio inicia com a precarização da vida dos jovens, a ampliação da sua vulnerabilidade e a diminuição das opções disponíveis para que possam desenvolver seus projetos de vida. Exatamente como o Brasil está fazendo: reduzindo os parques investimentos em cultura, educação, ciência, esporte e condenando nossos jovens a morte física e morte de seus sonhos. Talvez por isto mais de 62% dos jovens desejam deixar o país.

Com esta realidade fica evidenciada a dispensabilidade da existência juvenil. País que permite que se mate tanto, de forma tão banal, sendo suficiente justificar que tinha “antecedentes” com envolvimento de drogas ou tráfico para que todos aceitemos como natural (e para alguns necessária) a eliminação de tantas vidas jovens. Vidas líquidas. Vidas dispensáveis.

2.2 Dispensabilidade do mercado de trabalho

Há, também, uma tendência crescente exclusão dos jovens com idade de ingresso no mercado de trabalho que, no entanto, pela inexistência de vagas acabam por ocupar-se em trabalhos precários ou engrossar as fileiras dos desempregados, conforme se observam estudos internacionais e nacionais. O descarte por parte do mercado, da mão de obra considerada idosa, tratando-se de trabalhadores a partir dos quarenta anos de idade, os quais ao perderem seus empregos, são em geral levados ao trabalho informal, precário ou simplesmente ao desemprego. E, paralelamente a esta exclusão dos “idosos” e jovens em idade pós-escolar, o mundo do trabalho, nas mais diversas partes do mundo, no Norte e no Sul, tem se utilizado da inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas (ANTUNES e ALVES, 2004).

Uma das consequências do capitalismo financeiro contemporâneo, incapaz de assimilar o conjunto da força de

trabalho, apresenta o desemprego Juvenil no Mundo, conforme dados entre dezembro de 2016 a janeiro de 2017, como outra evidência da dispensabilidade do mercado de trabalho. Vejamos, a título de exemplificação, as taxas de desemprego de jovens em alguns países: Argélia 29,9%, União Europeia 18,6%, Canadá 13,3%, Finlândia 19,8, Espanha 42,9%, Nigéria 25,0%, Estados Unidos 10,1%, África do Sul 54,2%, França 26,2%, Portugal 26,4%, Itália 40,1% e Grécia 45,7% (JOSUÉ, 2018).

Em nossa sociedade brasileira, marcada pelo avanço de políticas neoliberais que capturam e solapam, cada vez mais, direitos adquiridos pelos trabalhadores e ratificados pela Constituição Cidadã de 1988, o número de homens e mulheres a procura de emprego³, ultrapassa a casa dos 13 milhões. Em tal cenário, não é de admirar que as juventudes estejam entre os que mais tem sido penalizados com a volatilidade, precariedade e informalidade do mercado de trabalho.

Entre 2014 e 2016 aumentou de 22,7% para 25,8% o percentual de jovens, entre 16 e 29 anos, sem trabalho (ocupação) e sem educação. Também, foram os jovens os mais afetados pela crise a partir de 2008, especialmente aqueles de cor preta ou parda (29,1%) e, neste grupo, as mulheres pretas e pardas foram o grupo mais afetado pelo fenômeno (37,6%), de acordo com PNAD/IBGE 2017.

A elevação da desocupação foi observada, também, em todos os grupos etários, tendência que se manteve em 2017. Entre as pessoas com 14 a 29 anos de idade, a taxa de desocupação, que era de 13,0% em 2014, aumentou ano após ano, até alcançar 22,6% em 2017, o aumento mais acentuado no triênio. A falta de oportunidades de emprego para os jovens é um desafio que se coloca no nível internacional, compondo três metas da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, visto que a taxa de desocupação global das

3 Cabe aqui assinalar que não entendemos trabalho como sinônimo de emprego.

peças com 15 a 24 anos era de 12,6% em 2017. Na comparação internacional, a taxa de desocupação de jovens nessa faixa etária do Brasil, 28,0%, posicionava o País entre as taxas mais expressivas observadas nos países da América Latina e Caribe (18,5%) e do Nordeste da África 29,3% (IBGE, 2018).

Portanto, são jovens brasileiros as primeiras e maiores vítimas do desemprego, do trabalho informal e temporário, da violência urbana e policial, das mortes de trânsito, do crime organizado e compõem a maioria da população carcerária de um sistema prisional desumano e degradante.

2.3 Dispensabilidade dos sistemas e políticas educacionais

“A educação é onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo” (Hannah Arendt).

Entre 2003 e 2022, momento histórico em que o Brasil passa pela oportunidade da “Onda Jovem” – 50 milhões de jovens neste período –, com estabilidade da população jovem ao longo de 20 anos, evidencia-se, contraditoriamente, a negação ao acesso **dos principais direitos humanos: direito a vida, direito à educação e direito ao trabalho.**

No Ensino Médio (EM), com apenas 7.930.384 matrículas, apenas 68% da população jovem frequentam a escola e 82% dos jovens que concluem o ensino médio não acessam a universidade e saem sem preparação para o mundo do trabalho (Censo INEP 2017). O abandono e a evasão escolar, especialmente no primeiro ano, são muito elevados. O Brasil tem 1,7 milhão de pessoas entre 15 a 17 anos fora do ensino médio e, somente 64% dos jovens entre 25 a 29 anos completaram a etapa do EM. Na média da OCDE, esta proporção chega a 85%. Em Portugal são 97%.

Considerando apenas estes dados oficiais fica evidenciado

que o art. 205 da Constituição Federal, bem como art. 2º da Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que definem que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, estão sendo negligenciados e negados aos jovens brasileiros. O congelamento de investimentos em educação pelos próximos 20 anos (PEC 95), a redução dos investimentos em programas de financiamento estudantil e a estagnação do PNE 2014-2024 condena a maioria da “onda jovem” brasileira à ignorância, a alienação e a manipulação fácil.

Na obra *A desconstrução do Futuro: juventudes, reforma do ensino médio e retrocessos das políticas educacionais* (GRABOWSKI, 2019), acompanhamos e demonstramos como em 2016 e 2017 foram desconstruídas e descontinuadas as políticas educacionais do governo federal, acompanhados pela maioria das gestões estaduais. E, nos atuais primeiros 6 meses do (des)governo Bolsonaro, as evidências indicam agravamento do quadro educacional com a redução dos investimentos em educação e C&T, com perseguição às universidades, escolas, professores e, jovens estudantes, chamados de “idiotas úteis” pelo próprio presidente.

Para Daniel Cara, Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a educação está escanteada no Brasil desde 2015, a partir dos cortes de Joaquim Levy. Há uma clara limitação econômica obstruindo a realização do PNE, mas diante da crise iniciada em 2014, todas as decisões políticas tomadas desconsideram a consagração do direito à educação, especialmente sob Michel Temer. E isto tende a piorar com Jair Bolsonaro, inviabilizando o cumprimento do PNE até 2024.

Considerando que a maioria da juventude brasileira é egresso da escola pública (86%) e pertence à classe trabalhadora empobrecida, o projeto da elite brasileira é, numa primeira fase,

a precarização da escola básica pública e oferta de uma formação de segunda classe para estes jovens e, na segunda etapa, da formação superior, é limitar o financiamento das instituições e dos sistemas, dispondo majoritariamente a oferta privada mercantil, de baixa qualidade, induzindo cursos superiores na área de tecnologia e na modalidade de EaD.

Diante deste contexto e fracasso educacional, as reformas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), propõem, respectivamente,

“uma pasteurização ainda mais radical da formação e um rebaixamento das expectativas de formação do ensino médio. Isto é de uma perversidade absurda, pois atinge evidentemente os mais pobres. Se não se pode formar decentemente no Ensino Médio Público – já que decidimos não investir o necessário para isto –, a melhor saída é estreitar os horizontes educacionais do país e reduzir a expectativa quanto ao atingimento de metas mais ambiciosas e/ou dificilmente mensuráveis pelos testes padronizadas. A lógica da Reforma do Ensino Médio é: como não faremos aquilo que é necessário, façamos o mínimo, e só o mínimo” (CÁSSIO, 2019).

É dispensando a qualidade na educação básica, especialmente no ensino médio, que a maioria da juventude brasileira continuará com uma escola precarizada, com professores desvalorizados e, a partir de agora, com um currículo fragmentado e pobre. O ex-coordenador da Comissão da BNCC, conselheiro Cesar Callegari, afirma que a proposta elaborada pelo MEC evidencia os problemas contidos na referida Lei 13.415/2017 da Reforma do Ensino Médio, destacando a separação do ensino médio do conjunto da educação básica. Alerta ainda que o abandono a atenção aos domínios conceituais próprios das diferentes disciplinas, a proposta do MEC não só dificulta uma visão interdisciplinar e

contextualizada do mundo, mas pode levar à formação de uma geração de jovens pouco qualificados, acríticos, manipuláveis, incapazes de criar e condenados aos trabalhos mais simples e entediantes, cada vez mais raros e mal remunerados. É isso que se quer para o país?

O acesso de jovens ao ensino superior, de acordo com os dados contidos no Censo de 2017 (INEP, 2017), evidenciam a inviabilidade da grande maioria dos jovens advindos da escola pública acessarem um sistema de ensino superior privado mercantil, assim configurado: 87,9% das Instituições de ensino Superior (IES) são privadas, com 75,3% das matrículas, com 81,7% de ingressantes em 2017 nestas IES, com 79% concluintes nelas cuja expansão está baseada na oferta de cursos tecnológicos e a modalidade EaD.

Os estudos sobre indicadores sociais do IBGE (2018) revelam outras evidências da desigualdade das taxas de ingresso no ensino superior. Do total de pessoas com pelo menos o ensino médio completo, em 2017, 67,7% haviam frequentado apenas a rede pública, 28,2% apenas a rede privada e 4,2% ambas. No primeiro grupo, 35,9% dos estudantes conseguiu ingressar no ensino superior, enquanto esse indicador atingiu 79,2% para os estudantes do segundo grupo. A taxa de ingresso ao ensino superior dos alunos oriundos da escola privada era mais do que o dobro daquela obtida pelos oriundos da rede pública de ensino médio. Essa desigualdade na taxa de ingresso ao ensino superior entre as redes de ensino médio não apresentou uma tendência de redução entre os grupos etários selecionados. A taxa de ingresso da rede privada ao ensino superior foi 2,4 vezes maior do que a da rede pública entre pessoas de 18 a 24 e de 25 a 44 anos de idade.

O Brasil e seus gestores possuem à sua disposição uma poderosa política de Estado que se fosse implementada mudaria o panorama atual da educação brasileira, tanto na sua expansão bem como na sua qualidade. Porém, persistindo a atual política

econômica e fiscal, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), está inviabilizado e com ele o futuro do nosso país e de milhões crianças, adolescentes e jovens. Atualmente, a título de ilustração, temos 9,2 jovens no Ensino Médio (EM). Destes jovens de 15-17 anos, 60% não concluem o EM, 50% estão fora do EM e 82% que concluem não vão para a Universidade, mas, precocemente, para o mercado de trabalho.

É fundamental que se façam investimentos na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho. Inúmeros trabalhos científicos internacionais, como os do Prêmio Nobel James Heckman mostram que é muito mais barato investir na primeira infância e juventude para evitar que a criança de hoje se torne o criminoso de amanhã, do que aportar recursos nas infrutíferas e dispendiosas ações de repressão bélica ao crime na ponta e encarceramento, como estamos procedendo na vigência deste PNE.

Considerações finais

A efetivação dos direitos da juventude no mundo e no Brasil estão vinculados ao acesso à educação de qualidade. Historicamente, em nosso país, este direito foi negado por uma elite retrograda e escravocrata. Somente no final do século XX começamos a avançar na expansão do acesso e da qualidade da educação. Processo este já interrompido, desde 2014, em nome do ajuste fiscal e da crise do capital.

Os horizontes que as atuais políticas educacionais em curso apresentam aos jovens são pessimistas e insuficientes, salvo se a sociedade reagir. Os indicadores que apontamos sustentar tal posição e preocupação são: a) projeto reacionário de educação

em vigor baseado no ensino domiciliar e religioso, na educação moral e cívica, em escolas cívico-militares, escola sem partido, combate “ideologia de gênero”, anti-intelectualismo e ataque às universidades e docentes; b) descumprimento das 20 metas e 253 estratégias do PNE de forma deliberada e intencional inviabilizando a expansão e a qualidade da educação básica e superior; c) redução drástica dos investimentos desde 2014, fim dos programas de financiamento estudantil (FIES, PROUNI e outros), não cumprimento 10% do BIB para educação e ameaça extinção FUNDEB em 2020; d) Reformas do Ensino Médio e dos Cursos de Graduação baseados em competências e habilidades, com otimização e redução de disciplinas, fragmentando conhecimentos e ofertando o mínimo do conhecimento necessário e, uma educação básica que ancora-se na modalidade de educação à distância, sem formação docente e sem condições tecnológicas básicas tanto nas escolas como nas residências das famílias brasileiras.

Portanto, mesmo com a esperança que nos move atuar na educação, as evidências dos últimos dois governos, bem como o cenário internacional, nos indicam que será difícil a vida dos jovens em nosso país nos próximos anos, pois estão preteridos e dispensados das prioridades e políticas públicas para de educação e de vida. Somente reações como as mobilizações de 15 e 31 de maio de 2019 podem alterar tais perspectivas.

Encerramos com o depoimento de um jovem universitário⁴ que ao analisar a relação existente entre educação, desenvolvimento e violência assim sintetizou: “nos dias atuais, onde vivemos com tanta violência, desigualdade e falta de educação, uma situação está atrelada a outra. Por exemplo: um jovem que nasce em meio a violência, sem estrutura nenhuma e sem incentivo, tem predisposição grande a se envolver com situações de violência, ou se torna refém de um sistema onde é

4 Estudante do Centro Universitário IPA, Porto Alegre, com sua autorização e consentimento.

abrigado a aceitar pouco ou quase nada para realizar trabalhos que exigem demais. A educação eleva o desenvolvimento, diminui as desigualdades e se for de qualidade, acaba com a violência”.

As políticas educacionais precisam incluir os jovens no sistema escolar, formar com qualidade, proteger suas vidas, viabilizar seus projetos presentes e futuros.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização da capital*. Educ. Soc., Campinas, vol.25, n.87, p.335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

BAUMAN, Zygmunt. *Sobre a educação e a juventude: conversas com Ricardo Mazzeo/ Zygmunt Bauman*. Tradução Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARA, Daniel. *Desrespeitado, PNE completa cinco anos sem avanços*. Publicado RBA por Rodrigo Gomes. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/05/desrespeitado-plano-nacional-de-educacao-completa-cinco-anos-sem-avancos/>, acesso em 29/05/2019, 14h24.

CÁSSIO, Fernando. *A educação, a barbárie e a falta de projeto*. Porto Alegre: Jornal Extra Classe, ano 24, n.235, julho de 2019.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam e SILVA. *Programa de prevenção à violência nas escolas: SER JOVEM HOJE, NO BRASIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES*. FLASCO Brasil, 2015.

EL PAÍS. *Homicídios no Brasil: O Brasil que mata seu futuro a bala*. São Paulo: 30 junho 2016. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/politica/1467227156_026422.html, acesso em 17/07/2019.

GRABOWSKI, Gabriel. *A desconstrução do Futuro: juventudes, reforma do ensino médio e retrocessos das políticas educacionais*. Porto Alegre: Carta, 2019.

IBGE 2018. *Síntese dos Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira: - 2018/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.*

INEP/MEC. Censo educação superior: Notas estatísticas. Brasília: 2017. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf Acesso em 16/07/2019.

JOSUÉ, Vidal Pereira. *O financiamento da Rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Tese de Doutorado, UFG/FE. Goiânia: 2018, CCLXXVI, 276f, il.

PNAD/IBGE – *Síntese dos indicadores sociais (SIS)*. Rio de Janeiro, 2017. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18824-sintese-dos-indicadores-sociais-um-em-cada-quatro-jovens-do-pais-nao-estava-ocupado-nem-estudava-em-2016.html> Acesso em 06/01/2018.

VALENZUELA, José Manuel (Coord). *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precárias em América Latina*. México: NED, 2015.